

# O PRECONCEITO LINGUÍSTICO NO ÂMBITO ESCOLAR: A POSIÇÃO DO PROFESSOR FRENTE ÀS SITUAÇÕES PRECONCEITUOSAS EM DUAS ESCOLAS NA CIDADE DE SINOP/MT/BRASIL

Neusa Inês Philippsen<sup>1</sup>  
Josilene Pereira dos Santos<sup>2</sup>

## RESUMO

Esta pesquisa é de cunho bibliográfico e estudo comparado, tem como objetivo analisar o preconceito linguístico em duas escolas da cidade de Sinop, uma localizada na região central e outra que se encontra mais próxima da zona rural. Os dados foram coletados através de entrevistas semiestruturadas, questionários e observações. A pesquisa visa apresentar reflexões e sugestões para a desmistificação do preconceito linguístico a partir de análises relativas à posição dos professores, nas escolas, diante de ações preconceituosas. Apresentamos, como construto teórico para esta investigação, a Sociolinguística Variacionista ou Teoria da Variação. Concluímos que os professores de Língua Portuguesa da Escola Jardim Paraíso, que estão atuando há mais de dez anos na sala de aula, não receberam na universidade formação para trabalharem com este tema, já os professores da Escola Nossa Senhora da Glória, que estão atuando há menos de dez anos, possuem estes conhecimentos. Além disso, verificou-se que os professores costumam corrigir as variedades “erradas” que os alunos utilizam.

**Palavras-chave:** Sociolinguística Variacionista, preconceito linguístico, professores de língua portuguesa, Escola Jardim Paraíso, Escola Nossa Senhora da Glória.

## Introdução

Este artigo busca analisar e comparar dados da atuação dos professores referente às ações que envolvem preconceito linguístico em duas escolas na cidade de Sinop<sup>3</sup>, localizadas em dois bairros que divergem em questões econômicas e sociais, uma se encontra em um bairro próximo ao centro da cidade (Jardim Paraíso) e a outra próxima

---

<sup>1</sup> Doutora em Letras pela USP. Professora de Língua Portuguesa e Linguística da UNEMAT (Curso de Letras) – *Campus* Universitário de Sinop. E-mail: neusa@unemat-net.br

<sup>2</sup> Mestranda do PPGLetras da UNEMAT/Sinop e Graduada em Licenciatura Plena em Letras também pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), *Campus* Universitário de Sinop. E-mail: josilenesnp12@gmail.com

<sup>3</sup> Sinop (Sociedade Imobiliária do Noroeste do Paraná), nome dado em homenagem à colonizadora privada, que a projetou, e que dista 503 km de Cuiabá, a capital do Estado de Mato Grosso.

à zona rural (Alto da Glória), este bairro é ‘socialmente estigmatizado’ aos olhos da população sinopense. Sendo assim, tivemos o propósito de verificar a postura linguística dos educadores nestas duas escolas; se eles possuem conhecimentos da Sociolinguística; e se praticam os saberes dessa disciplina em sala de aula. Observando-se, ainda, se há divergências nas informações prestadas, principalmente devido aos lócus selecionados se encontrarem em localizações geográficas diferentes.

A importância desta pesquisa consiste na necessidade de compreender os preconceitos linguístico e social que estão presentes no âmbito escolar e na sociedade, visando encontrar formas para amenizar a situação, sem deixar de reiterar o dever que deve ser atribuído à escola e ao professor de combater ambos os preconceitos. Destaca-se, assim, a relevância da desmistificação do preconceito linguístico que está impregnado na sociedade, o qual, muitas vezes, não é apenas linguístico, mas também social, ou seja, “o problema não está naquilo que se fala, mas em quem fala o quê. Neste caso, o preconceito linguístico é decorrência de um preconceito social” (BAGNO, 2007, p. 42).

Este estudo é fundamentado em leituras bibliográficas pertinentes à área da Sociolinguística Variacionista ou Teoria da Variação, como também é conhecida, destacando-se, desse campo do saber, a noção operatória do preconceito linguístico. Partindo-se destas concepções teóricas à prática, foi feito um estudo comparado com base em questionários aplicados aos professores de uma turma do 8º ano do ensino fundamental nas duas escolas públicas supracitadas da cidade de Sinop/MT, buscando-se subsídios, informações sobre a atuação dos professores na sala de aula e posicionamentos frente aos acontecimentos de preconceito linguístico, para a realização de comparação analítica entre os contextos de pesquisa.

### **Da Linguística para a Sociolinguística**

A Linguística é uma ciência aparentemente jovem, tem como objeto de estudo os ‘fatos da linguagem’, e recebeu grandes contribuições a partir dos estudos de Ferdinand de Saussure “que, além de contribuir para os avanços da Linguística Histórica e Comparativa com importantes trabalhos nesse campo de pesquisa, definiu, no início do século XX, um novo objeto de estudo para a Linguística” (PIETROFORTE, 2003, p. 77).

Saussure, no livro intitulado *Curso de linguística geral* (1916/1981), assegura que ‘a Linguística tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma’, define, também, que a língua – *langue* (homogênea) se diferencia da fala – *parole* (heterogênea), “[...] a língua é o sistema subjacente à atividade da fala, mais concretamente, é o sistema invariante que pode ser abstraído das múltiplas variações observáveis da fala” (ALKMIM, 2003, p. 23), e “se opõe a fala, porque a língua é coletiva e a fala é particular, portanto a língua é um dado social e a fala é um fator individual. Além disso, a língua é sistemática e a fala é assistemática” (PIETROFORTE, 2003, p. 81). Nesse contexto, Saussure elabora dicotomias extremamente importantes para a área da Linguística, que são sincronia *versus* diacronia; língua *versus* fala; significante *versus* significado; paradigma *versus* sintagma.

A Linguística conhecida desde o século XIX e realizada até então era a ‘Linguística Comparativa e Histórica’, pois buscava fazer ‘comparações entre os fenômenos linguísticos’ em meio às línguas e preconizava que, “pelo trabalho comparativo, é possível reconstruir o percurso histórico dessas línguas, ou seja, é possível determinar como uma língua muda através do tempo, transformando-se em outras línguas” (PIETROFORTE, 2003, p. 78). O enfoque principal de Saussure, contudo, deu-se ao estado sincrônico da língua e ao estudo das ‘relações internas entre os elementos linguísticos’, constituindo, desse modo, a “Linguística Estrutural”, sem se atentar para as relações que existem entre a linguagem e a sociedade.

As conceituações e definições estabelecidas pelo estruturalismo permaneceram em voga até meados do século XX, quando se constata que não há como separar a língua e a sociedade, ou seja, não é possível estudá-las separadamente. Houve a necessidade então de criar uma área que estudasse ambas, pois uma influencia a outra, “a linguagem é, sem dúvida alguma, a expressão mais característica de um comportamento social, sendo, por isso, impossível separá-la de suas funções sócio-interacionais” (CAMACHO, 2004, p.55). Nasce, assim, a Sociolinguística Variacionista ou Teoria da Variação, como também é conhecida, para tentar suprir os vários questionamentos feitos até então, os quais a Linguística não abordava até este momento.

A Sociolinguística foi oficialmente fundada em 1964 em um congresso em Los Angeles organizado por William Bright e contou com a presença de 25 pesquisadores,

que apresentaram trabalhos, os quais tinham como objetivo definir a área de estudo da Sociolinguística. Este congresso é marco fundador da Sociolinguística, área que se torna oposta, por exemplo, à linguística de Chomsky, a gramática gerativa.

O novo olhar sociolinguístico busca estudar a heterogeneidade linguística, a língua em situações reais de uso, na qual o foco é a variação linguística, analisada nas relações existentes entre a língua e a sociedade, e que, segundo Bagno (2014, p. 47), “é um dos muitos ‘modos de falar’ uma língua [...] esses diferentes modos de falar se correlacionam com fatores sociais como lugar de origem, idade, sexo, classe social, grau de instrução [...]”. Sua maior tarefa é apresentar que a ‘variação e diversidade não são livres’, mas que se inter-relacionam através das diferenças sociais.

### **O Preconceito Linguístico**

O preconceito linguístico está presente em nossa sociedade há muitos séculos, mas somente entre os séculos XX e XXI apareceram os primeiros estudos sobre esta área, os quais foram impulsionados fundamentalmente pelo surgimento da Sociolinguística.

Segundo o *Novo Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa* (2009, p. 1617), preconceito é:

1. Conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos; ideia preconcebida.
2. Julgamento ou opinião formada sem se levar em conta o fato que o conteste; prejuízo.
3. P. ext. Superstição, credence; prejuízo.
4. P. ext. Suspeita, intolerância, ódio irracional ou aversão a outras raças, credos, religiões etc.

Leite (2008, p. 20), por sua vez, diferencia o preconceito e intolerância linguísticos quando traz que o “preconceito é a ideia, a opinião ou o sentimento que pode conduzir o indivíduo à intolerância, à atitude de reagir com violência ou agressividade a certas situações”. O preconceito muitas vezes é invisível, passando despercebido pela sociedade e já a intolerância é o que se percebe diante de uma ação preconceituosa, é uma agressividade verbal contra alguém que, por exemplo, utiliza algum tipo de variedade que o indivíduo julgador considera “feia”, “errada”. A pessoa que é intolerante acredita que o falante que utiliza uma variedade desprestigiada ‘tem problemas para raciocinar, elaborar (organizar) ideias’. Leite (idem) ainda assevera que

“[...] o traço semântico mais forte registrado no sentido de intolerância é o de ser um *comportamento*, uma *reação explícita* a uma ideia ou opinião contra a qual se pode objetar” (grifos do autor).

Os vários preconceitos que existem na sociedade brasileira são inadmissíveis, não são “aceitos” por grande parte da população (pelo menos é o que a sociedade passa por meio da televisão), isso pode ser percebido nas campanhas que são transmitidas diariamente na mídia televisiva. Contudo, há uma falta de conhecimento dos brasileiros sobre o preconceito linguístico, as pessoas o “cometem” sem saber muitas vezes que essa atitude é um preconceito, já que, geralmente, nem mesmo a escola o faz ser conhecido (principal ambiente em que deveria haver sua desmistificação). Segundo Bagno (2007, p. 13), o que se vê é esse preconceito ser [...] alimentado diariamente em programas de televisão e de rádio, em colunas de jornal e revista, em livros e manuais que pretendem ensinar o que é “certo” e o que é “errado”, sem falar, é claro, nos instrumentos tradicionais de ensino da língua: a gramática normativa e os livros didáticos.

Na sociedade brasileira, o preconceito linguístico está internalizado nos falantes, tanto que estes utilizam expressões como ‘eu não entendo português’ ou ‘eu não sei falar certo’, quando pensam desta forma nem imaginam que se trata de preconceito contra si próprio. “O pior preconceito não é aquele praticado de um indivíduo ao outro, mas sim é aquele que é exercido sobre si mesmo” (BAGNO, 2014, p. 75). A forma com que a escola continua trabalhando a gramática vem a reforçar ainda mais o preconceito, trazendo à tona dogmas como ‘português é uma língua muito difícil’, ‘brasileiro não sabe português’, e que poucas pessoas conseguem ‘compreendê-lo e utilizá-lo corretamente’.

A língua tem a função de comunicação e é através desta que a sociedade escolhe quem participará das comunidades linguísticas, ou seja, se o falante falar de modo ‘diferente’ corre o risco de ser excluído de determinado grupo, só sendo aceitos aqueles que se identificarem linguisticamente com a comunidade dos falantes. Conforme Gnerre (1991, p. 23), as linguagens possuem função social, “têm um real valor comunicativo, mas excluem da comunicação as pessoas da comunidade linguística externa ao grupo que usa a linguagem especial e, por outro lado, têm a função de reafirmar a identidade dos integrantes do grupo reduzido que tem acesso à linguagem especial”.

Em nossa sociedade capitalista as pessoas costumam julgar umas às outras pela aparência, se temos um indivíduo que fala “bonito” e é “bonito”, ele também terá atitudes “bonitas”, e se tivermos uma pessoa que fala “errado”, “feio” e se for “feia”, esta pessoa também, supostamente, fará coisas “erradas” e “feias”. Segundo Leite,

[...] as características da pessoa são estendidas a seus atos ou discurso, mesmo quando a pessoa ou os atos não forem legítimos. Se a pessoa é elegante, bonita ou ‘fala bem’, isto é, de acordo com a norma culta, seus atos e discurso (forma ou conteúdo) podem ser julgados *a priori* como legítimos, bons e verdadeiros, mesmo não o sendo. E, ao contrário, se for deselegante, feia e não dominar a norma culta, tudo o que disser pode ser *a priori* desqualificado, considerado errado e falso, mesmo não o sendo. (LEITE, 2008, p. 27-28, grifos da autora).

### **O ensino tradicional x perspectivas contemporâneas**

O ensino de gramática tradicional permanece intacto há décadas, com análise sintática, classificação de palavras, nomenclaturas ensinadas para que o aluno escreva e fale de acordo com suas regras. O professor, com o propósito de incentivar os alunos a aprenderem gramática, utiliza, como discurso, que seu domínio é a única forma do aluno falar e escrever “bem”, ou seja, propaga que se não souber gramática não conseguirá se comunicar e não será aceito pelas pessoas que utilizam as variedades prestigiadas.

De acordo com Perini (2005, p. 49), “*os objetivos da disciplina estão mal colocados [...] os professores dizem (e acreditam) que o estudo da gramática é um dos instrumentos que levarão o aluno a ler e escrever melhor – ou, para ser mais exato, o levarão a um domínio adequado da linguagem padrão escrita*” (grifos do autor). Assim, há uma persistência por parte do professor em ensinar algo que o aluno não utiliza em sua fala, insistindo em impor “regras” que não fazem parte de sua realidade, e que muitas vezes nem o próprio professor e demais profissionais da educação empregam em suas falas. Perini (Idem) ainda assevera que “[...] o ensino de gramática tem três defeitos, que o inutilizam como disciplina: primeiro, seus objetivos estão mal colocados; segundo, a metodologia adotada é seriamente inadequada; e, terceiro, a própria matéria carece de organização lógica”.

É comum na sala de aula o educador “podar” o aluno no momento em que este está se expressando e utiliza uma variedade estigmatizada, que é considerada “errada” pela gramática normativa, quando isso acontece o aluno é desmotivado a se comunicar e

pode perder o raciocínio que estava elaborando naquele momento. De acordo com Bagno:

Esse ensino tradicional [...] em vez de incentivar o uso das habilidades linguísticas do indivíduo, deixando-o expressar-se livremente para somente depois corrigir sua fala ou sua escrita, age exatamente ao contrário: interrompe o fluxo natural da expressão e da comunicação com a atitude corretiva (e muitas vezes punitiva), cuja consequência inevitável é a criação de um sentimento de incapacidade, de incompetência. (BAGNO, 2007, p. 107).

Assim, a escola vem reproduzindo desigualdades sociais e preconceitos, pois na escola existe uma diversidade grande entre os alunos, há os que possuem um poder aquisitivo maior e outros menor, há os que vivem em contato diariamente com a variedade de prestígio e outros que possuem apenas a variedade estigmatizada como meio de comunicação. Dessa forma, muitos preconceitos são gerados na sociedade estratificada brasileira, que separa as pessoas pelo que elas falam, vestem, usam e têm. Nesse sentido, Bortoni-Ricardo (2014, p. 48) afirma que as diferenças do “status socioeconômico representam desigualdades na distribuição de bens materiais e de bens culturais, o que se reflete em diferenças sociolinguísticas. Entre os bens culturais, ressalte-se a inclusão digital. O acesso ao computador e à internet está associado ao status socioeconômico”.

Não se pode deixar de ressaltar que o dever e o *objetivo da escola é ensinar o português padrão*, ou, talvez mais exatamente, o de criar condições para que ele seja aprendido (POSSENTI, 1996), é, portanto, “obrigação” do professor proporcionar a interação entre o alunado e a norma-padrão, pois o ensino normativo, aliado ao ler e escrever, poderá possibilitar a ascensão social de um aluno e, em algumas situações, ser a única ferramenta para uma vida melhor, mas também tem de proporcionar ao aluno o contato com todos os tipos de variedades, para que o educando escolha qual e em que contextos ache oportuno usá-las. A escola não pode focar apenas em uma variedade, pois o aluno tem direito ao aprendizado intervarietal, não só para poder se comunicar em suas respectivas comunidades linguísticas, como também para não ser manipulado, persuadido, visto que a linguagem serviu durante séculos e ainda serve como meio de repressão, manipulação e persuasão.

Nesse contexto, a escola deveria primar pelo ensino que oportunize aos alunos escrever, “[...] sem traumas, diversos tipos de texto [...] e ler produtivamente textos

também variados: textos jornalísticos, como colunas de economia, política, educação, textos de divulgação científica em vários campos, textos técnicos [...] e, [...] com muito destaque, literatura” (POSSENTI, 1996, p. 19-20).

O aprendizado da norma-padrão e o acesso às variedades urbanas de prestígio<sup>4</sup> são instrumentos importantes para que o aluno ascenda socialmente, já que os concursos, vestibulares, processos seletivos, dentre outros meios de seleção, exigem a norma-padrão e/ou as variedades supracitadas como ferramentas principais para a seleção dos candidatos. Ainda de acordo com Possenti (1996, p. 18), “[...] os menos favorecidos socialmente só tem a ganhar com o domínio de outra forma de falar e escrever desde que se aceite que a mesma língua possa servir a mais de uma ideologia, a mais de uma função”.

### **Mudanças de atitudes para a desmistificação do Preconceito Linguístico**

Para combater o preconceito, será necessário um longo processo de conscientização, inicialmente, sobre a existência do preconceito linguístico, em seguida, medidas devem ser tomadas para que mudanças aconteçam no ensino, principalmente por parte dos professores, um dos principais responsáveis para que mudanças de atitude efetivamente se consolidem. De início será preciso que se passe ‘a ensinar, com maior ênfase, a norma culta em vez da norma-padrão’, muita gente já acredita e defende que é a *norma culta* que deve constituir o objeto de ensino/aprendizagem em sala de aula, visto que esta norma, privilégio de poucos na sociedade, é autêntica e empiricamente observável, já a norma-padrão é apenas idealizada, ou seja, é apenas um conjunto de regras padronizadas, descritas e prescritas pelas gramáticas normativas (BAGNO, 2007).

Em consonância com esses estudos, Possenti (1996, p. 41) afirma que “haveria certamente muitas vantagens no ensino de português se a escola propusesse como padrão ideal de língua a ser atingido pelos alunos a escrita dos jornais ou dos textos científicos, ao invés de ter como modelo a literatura antiga”. Sendo, para este autor, a

---

<sup>4</sup> Vale ressaltar aqui, segundo Bagno (2007), a distinção entre as variedades linguísticas reais (também chamadas de norma culta ou variedades prestigiadas), empiricamente observáveis, autênticas, as quais caracterizam a fala e a escrita dos cidadãos urbanos, letrados e socioeconomicamente privilegiados, e o conjunto de regras padronizadas, descritas e prescritas pelas gramáticas normativas (norma-padrão), inspiradas em estágios passados da língua e principalmente nas opções de um grupo restrito de escritores consagrados.



escrita dos jornais modelo de norma culta e a literatura antiga a representação da norma-padrão.

Portanto, é perante a gramática normativa apresentada, ainda, em muitos livros didáticos e nos manuais gramaticais que o professor precisa apresentar uma mudança em suas atitudes, ao invés de transmiti-la fielmente do modo como está ali representada. Conforme Bagno (2007, p. 116), “É necessário lançar dúvidas sobre o que está dito ali, questionar a validade daquelas explicações, filtrá-las, tomando inclusive como base seu próprio saber linguístico, devidamente valorizado”, perguntando-se, por exemplo, “Eu não falo assim, não escrevo assim; meus colegas também não; escritores que tenho lido não seguem essa regra — será que ela pertence *de fato* à norma culta?”.

É importante demonstrar esta ótica também para o aluno, para que este perceba que existe diferença entre a norma culta e a norma-padrão, apesar de muitos acreditarem que não há diferença entre ambas. Vale lembrar, uma vez mais, que a norma-padrão é idealizada, não corresponde a nenhum grupo social que a fale e já a norma culta é utilizada por uma pequena parte da população, geralmente a que detém o poder econômico na sociedade.

Para uma desmistificação do preconceito linguístico, é aconselhado que a escola, ao invés de dar prioridade para o ensino da gramática, passe a se preocupar em primeiro lugar com o preconceito que está impregnado na sociedade. Para Possenti, trata-se

[...] apenas de reorganizar a discussão, de alterar prioridades (discutir os preconceitos é certamente mais importante do que a análise sintática é importante – eu disse *mais* importante, o que significa que a análise sintática é importante, mas é menos...). Além do mais, se se quiser analisar fatos de língua, já há condições de fazê-lo segundo critérios bem melhores do que muitos dos utilizados atualmente pelas gramáticas e manuais indicados nas escolas. (POSSENTI, 1996, p.56).

Quando a escola recebe um aluno que usufrui apenas de alguma variedade não culta, a tendência do sistema educacional é a não aceitação dessa variedade, valorizando apenas aqueles alunos que trazem no seu repertório linguístico o português-padrão. Esta atitude precisa ser mudada, assim, quando o professor estiver “[...] diante da realização de uma regra não padrão pelo aluno, a estratégia deve incluir dois componentes: a identificação da diferença e a conscientização da diferença” (BORTONI-RICARDO, 2014, p. 42), ao invés de interromper o aluno e falar que aquilo é “errado” e pronto, sem explicar o porquê.

O educador deve, portanto, corrigir os “erros de português” de uma forma que não atrapalhe a compreensão dos exercícios (a aula), de modo que não traumatize e desmotive o aluno, ‘pois se isso ocorrer ele deixará de se interessar pela aula’. Além disso, precisa mostrar aos alunos que existem muitas variedades linguísticas, as não-prestigiadas e as de prestígio, deve conscientizá-los dos contextos em que podem ser usadas, para que o aluno escolha qual usar, e que possua os mesmos artefatos linguísticos de igualdade com o aluno das classes prestigiadas. De acordo com Bortoni-Ricardo (2014, p. 42), “é preciso conscientizar o aluno quanto às diferenças para que ele possa começar a monitorar seu próprio estilo, mas esta conscientização tem de dar-se sem prejuízo do processo de ensino/aprendizagem, isto é, sem causar interrupções inoportunas”, além do mais, “às vezes, será preferível adiar uma intervenção para que uma ideia não se fragmente, ou um raciocínio não se interrompa”.

Contudo, não basta ao indivíduo que vive na pobreza, para que consiga ascender socialmente, só o fato de ensiná-lo a norma-padrão, forma dita “correta” de se dizer/escrever, se não apresentarmos mudanças na sociedade em que vivemos, visto que é uma sociedade desigual, concentra muitos bens (econômicos, políticos, culturais) nas mãos de pouquíssimas pessoas, no entanto não se pode desconsiderar que ela também precisa

[...] ser ensinada na escola, porque ela permite que o aluno originário das classes sociais desfavorecidas se apodere de um recurso fundamental em sua luta contra as desigualdades sociais, tão profundas em nosso país. O domínio da norma-padrão certamente não é uma fórmula mágica que vai permitir ao falante de PNP<sup>5</sup> “subir na vida” automaticamente. Mas é uma forma que esse falante de PNP tem de lutar em pé de igualdade, com as mesmas armas, ao lado dos cidadãos das classes privilegiadas, para ter acesso aos bens econômicos, políticos e culturais reservados às elites dominantes. Por isso devemos brigar pela efetiva distribuição democrática da riqueza linguística, assim como devemos brigar também pela distribuição democrática de tudo mais: terras, empregos, saúde, moradia, transporte, lazer, cultura, educação [...] (BAGNO, 2006, p. 30).

Vale também ressaltar que uma prática comum entre os brasileiros consiste em ‘confundir a língua escrita com a ortografia’, prática essa que precisa ser mudada, ocorre especificamente quando se referem aos “erros de português” que não passam de “meros desvios da ortografia” (BAGNO, 2007). Ainda conforme este autor, o ‘certo’ no

---

<sup>5</sup> PNP – Português não padrão.

início do século XX “era escrever: *em Nictheroy elle poude estudar sciencias naturaes, chimica e physica*. Se hoje o “certo” é escrever: *em Niterói ele pôde estudar ciências naturais, química e física*, isso não altera a sintaxe nem a semântica do enunciado: o que mudou foi só a ortografia” (Idem, p. 123, grifos do autor).

Conforme Bagno (2014), o professor carece de: mostrar aos alunos que eles “sabem português” e que estão na escola para desenvolver suas habilidades linguísticas; demonstrar ao aluno que as variedades pertencem a uma “escala de valores”, que são julgadas como “bonitas”, “feias”, “corretas”, “erradas” e os sotaques também o são; que há outras formas de dizer a mesma coisa, ampliando o repertório linguístico; que a língua além de ser utilizada como meio de comunicação também é usada como “repressão e discriminação”; desenvolver o letramento através de diversos gêneros textuais; suscitar ao aluno o reconhecimento que a diversidade linguística é a riqueza da cultura brasileira.

Para tanto, o professor deve prestar atenção no que ocorre dentro da sala de aula, na ação preconceituosa, e combatê-la, apresentando ao aluno a diversidade de variedades linguísticas e o conscientizando que os “erros” são apenas “diferenças”, procurando elevar a autoestima de cada aluno envolvido no processo de aprendizagem. Conforme Mattos e Silva (1997, p. 27), a conscientização deve ser feita “[...] no sentido de um trabalho que respeite as variantes individuais e as normas sociais. Sem dúvida, o ponto de partida – e fundamental – estará em novas insistentes orientações pedagógicas – não restritas às salas de aula de língua materna [...]”.

Possenti (1996, p. 49) sugere, ainda, que a escola adote uma nova postura no ensino, que leve o alunado a ter um contato maior com a norma culta, esta nova atitude da escola deveria incentivar os alunos a se tornarem pesquisadores, mas para isso ocorrer teriam que ler e escrever semelhantemente aos escritores e jornalistas, pois “eles não fazem redações. Eles pesquisam, vão à rua, ouvem os outros, leem arquivos, leem outros livros. Só depois escrevem, e leem e releem, e depois reescrevem, e mostram para seus colegas ou chefes, ouvem suas opiniões, e depois reescrevem de novo”.

### **Metodologia da pesquisa e análise dos dados**

Como já dito, utilizou-se, para esta pesquisa, como fundamentação teórico-metodológica a Sociolinguística Variacionista, e colocou-se em foco o preconceito

linguístico. Buscou-se, assim, verificar: as ações dos professores diante de um acontecimento preconceituoso; se os educadores orientam os alunos sobre os contextos em que devem utilizar determinada variedade; se possuem conhecimentos da área da Sociolinguística e, caso sim, se praticam estes conhecimentos.

As professoras entrevistadas da Escola Jardim Paraíso, localizada próxima ao centro da cidade, foram 5 (cinco), sendo todas do sexo feminino, 2 (duas) de Língua Portuguesa (uma com dezesseis anos de sala de aula e a outra com vinte e oito anos), 1 (uma) de História (com vinte e sete anos de sala de aula), 1 (uma) de Geografia (com dez anos de sala de aula) e 1 (uma) de Matemática (com treze anos de sala de aula). Duas delas são descendentes de poloneses, duas de italianos e uma de alemães.

Na Escola Nossa Senhora da Glória, localizada próxima à zona rural, foram entrevistados 3 (três) professores, sendo 2 (duas) do sexo feminino e 1 (um) do sexo masculino; as professoras lecionam Língua Portuguesa (uma com 4 (quatro) anos de sala de aula e a outra com 9 (nove) anos) e o professor atua com Educação Física (estando há 2 (dois) anos de sala de aula). Com relação à etnia, 1 (um) é descendente de italianos, 1 (uma) de negros e 1 (uma) não soube responder.

A seguir, expomos as perguntas realizadas aos professores no quadro 1 (um), o questionário foi dividido em duas partes, a primeira parte destinou-se a todos os professores e a segunda designou-se apenas para os professores de Português.

1	Qual o seu sexo? FEM ( ) MASC ( )
2	Quantos anos você tem?
3	Atua há quanto tempo em sala de aula?
4	Qual o grau de escolaridade de seus pais? Ensino Fundamental de 1 <sup>a</sup> a 4 <sup>a</sup> séries ( ) Ensino Fundamental da 5 <sup>a</sup> a 8 <sup>a</sup> séries ( ) Ensino Médio ( ) Ensino superior ( )
5	Descendência de: Italianos ( ), Africanos ( ), Japoneses ( ), Alemães ( ), Poloneses ( ), Outros:
6	Você é professor de qual disciplina?
7	Você costuma observar a forma de falar dos seus alunos? ( ) Sim ( ) Não
8	Você considera que eles falam muito “errado”? ( ) Sim ( ) Não
10	Como professor, independentemente de ser de Língua Portuguesa ou não, você costuma corrigir a

	fala e a escrita dos alunos? ( ) Sim ( ) Não
11	Costuma orientar os alunos sobre os locais (em casa, na escola, entrevista de emprego etc...) em que devem usar certo tipo de variedade e não outra (s)? ( ) Sim ( ) Não
12	Você já presenciou alguma atitude de preconceito linguístico entre alunos? ( ) Sim ( ) Não Qual foi a sua reação?
13	Na sua opinião, os preconceitos linguístico e/ou social deveriam ser combatidos na escola? ( ) Sim ( ) Não Por quê?
	Perguntas para o professor de Português:
14	Você teve alguma formação na faculdade de como trabalhar as variedades linguísticas com os alunos? ( ) Sim ( ) Não Qual (is) orientação (ões)?
15	Se sim, pratica esta formação em sala de aula? ( ) Sim ( ) Não Por quê?

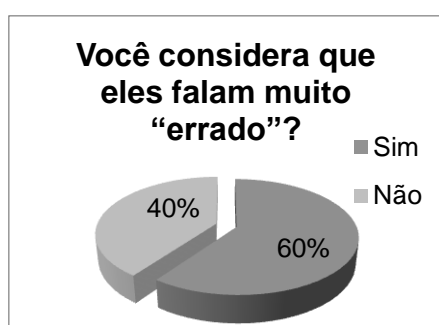
**Quadro 01:** Questionário aplicado aos professores das duas escolas.

### **Estudo analítico dos dados coletados**

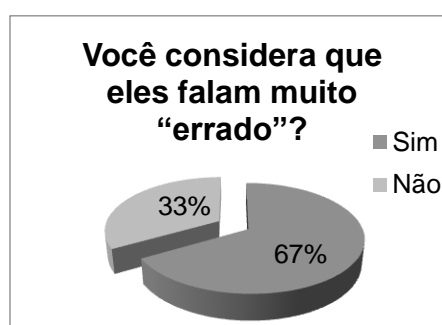
Os preconceitos linguístico e social estão presentes em todas as camadas sociais, são mais perceptíveis quando surgem das classes ‘prestigiadas’ lançados em direção às classes ‘estigmatizadas’. Um dos ambientes em que há sua maior concentração é o meio escolar, dessa forma, buscamos entrevistar os professores para que relatassem situações que envolvem os preconceitos, em especial o linguístico, entre os alunos, averiguando a posição e a atuação de cada educador na escola e, principalmente, na sala de aula.

Na primeira questão, em que objetivávamos verificar a posição dos professores, perguntamos se costumavam observar a fala dos alunos. Todas as professoras responderam que sim, na Escola Jardim Paraíso; conforme as respostas dadas, 2 (duas) acreditam que eles falam muito “errado”, apresentando um total de 60%, e 3 (três) que não, sendo um percentual de 40% (gráfico 1). Dos professores da Escola Nossa Senhora da Glória, 2 (dois) acreditam que os alunos falam muito “errado”, totalizando 67%, e 1 (uma) que não, sendo 33% (gráfico 2), esta apresentou, como argumento, que “boa parte sim fala “errado”, porém em sua maioria utilizam de palavras com influência regional” (professora de português). Há, assim, na fala desta professora uma defesa

frente às variedades regionais, notando-se que esta demonstra contribuições sociolinguísticas que influenciaram sua forma de posicionar-se. Percebe-se que há uma harmonia nos dados apresentados nas duas escolas, pois a maioria dos professores afirmou que os alunos falam muito “errado”, com 60% na Escola Jardim Paraíso e 67% na Escola Nossa Senhora da Glória. Segundo Possenti (1996), os “erros” que condenamos só são “erros” se o critério de avaliação for externo à língua ou ao dialeto, ou seja, se o critério for social. Não existe “erro” quando falamos, há apenas ‘diferenças’, pois existe um lugar apropriado para cada variedade ser utilizada.



(Gráfico 1: Escola Jardim Paraíso).



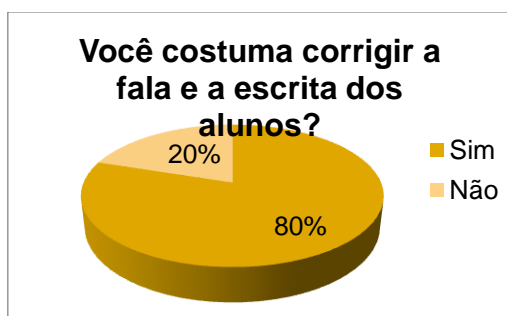
(Gráfico 2: Escola Nossa Senhora da Glória).

Perguntadas se corrigem a fala e a escrita dos alunos, 4 (quatro) professoras da Escola Jardim Paraíso afirmaram que sim, apresentando um total de 80%, e a professora de Geografia disse que não, totalizando 20% (gráfico 3). Assim sendo, 4 (quatro) professoras disseram que costumam orientar os alunos sobre os locais em que estes deveriam utilizar determinada variedade e apenas a professora de Geografia declarou que não apresenta esta metodologia, mostrando-se, de certa forma, desinteressada com o modo de falar dos alunos, afinal “não faz parte de minha área” e “não preciso realizar essas atitudes”. Segundo Mollica (2003, p. 52), o professor de Língua Portuguesa “é o profissional da linguagem encarregado de prescrever e controlar o domínio da norma, nas atividades de produção de texto e retextualização. Já a definição do papel dos professores das demais disciplinas em face do domínio da forma prestigiada está longe de consenso”.

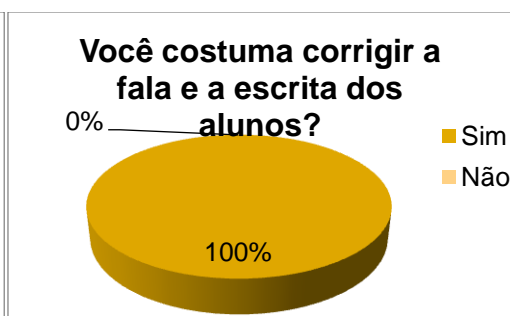
Todos os 3 (três) professores da Escola Nossa Senhora da Glória também costumam corrigir os alunos quando estes utilizam uma variedade “errada”, portanto 100% (gráfico 4). Uma das professoras de português argumentou que “sempre procuro

esclarecer para eles que a forma regional também aprendida por eles está ‘correta’”. Os professores desta escola também possuem o hábito de falar aos alunos sobre os contextos em que estes deveriam utilizar determinadas variedades, inclusive, uma das professoras de português justificou que “sempre oriento como devemos agir em cada ambiente”. Entende-se, dessa forma, que os professores de Língua Portuguesa e os de outras disciplinas buscam conscientizar o alunado sobre os contextos mais apropriados para utilizarem uma variedade. Nesse sentido, conforme Bechara:

No fundo, a grande missão do professor de língua materna [...] é transformar seu aluno num poliglota dentro de sua própria língua, possibilitando-lhe escolher a língua funcional adequada a cada momento de criação e até, no texto em que isso se exigir ou for possível, entremear várias línguas funcionais para distinguir, por exemplo, a modalidade linguística do narrador ou as modalidades praticadas por seus personagens. (BECHARA, 1998, p.14).



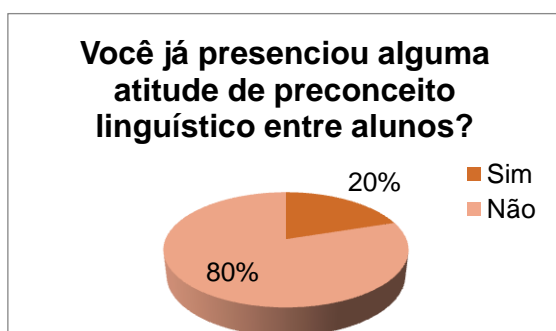
(Gráfico 3: Escola Jardim Paraíso).



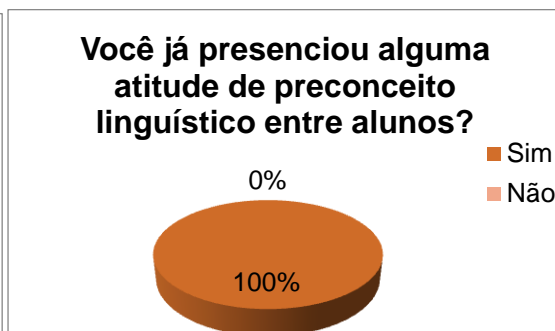
(Gráfico 4: Escola Nossa Senhora da Glória).

Quando questionadas se já haviam presenciado uma atitude de preconceito linguístico entre os alunos, 4 (quatro) professoras da Escola Jardim Paraíso negaram, sendo 80%, e uma disse que sim, totalizando 20% (gráfico 5), esta acrescentou que o procedimento adotado em seguida foi o de “explicar a correção realizada”. Pode-se afirmar, assim, que tal procedimento está em consonância com a “perspectiva de uma pedagogia culturalmente sensível aos saberes dos alunos, podemos dizer que, diante da realização de uma regra não-padrão pelo aluno, a estratégia da professora deve incluir dois componentes: a *identificação* da diferença e a *conscientização* da diferença” (BORTONI-RICARDO, 2014, p.42, grifos da autora). Esta professora, por sua vez, identificou a “diferença”, ou seja, o preconceito e fez uma “correção”, no sentido de conscientização, para que a identificação do padrão não ficasse ‘prejudicada’.

Já os três professores da Escola Nossa Senhora da Glória afirmaram, unanimemente, que já haviam presenciado atitudes de preconceito linguístico, um total de 100% (gráfico 6); a reação de uma das professoras de português foi “esclarecer da melhor maneira e recriminar essa prática”, percebe-se que esta educadora tem consciência do preconceito linguístico e busca combatê-lo quando o vê ocorrer entre os alunos; já o professor de Educação Física disse que faz “mediação entre as partes”; e a outra professora de Língua Portuguesa não justificou esta pergunta.



(Gráfico 5: Escola Jardim Paraíso).



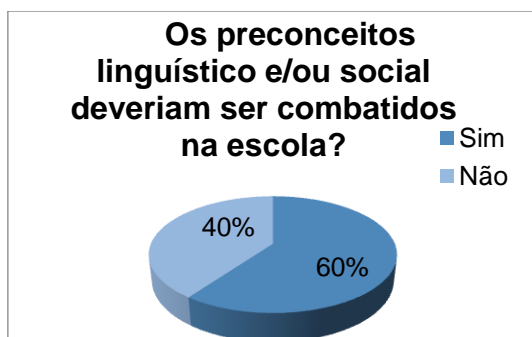
(Gráfico 6: Escola Nossa Senhora da Glória).

Perguntadas sobre se acreditam que o preconceito linguístico deveria ser combatido na escola, apenas 3 (três) professoras da Escola Jardim Paraíso disseram que sim, um total de 60%, e, como justificativa, uma delas expôs que “a escola deve ser parceira nestas correções, porém não é a única responsável”, esta professora apresenta, assim, uma posição consonante a de Mollica (2003, p.56), quando diz que “a escola, sozinha, não faz mudança, mas mudança alguma se faz sem o concurso da escola”. Já outra educadora disse que “Todos devem aprender a respeitar as diferenças, assim todos se sentirão acolhidos na sala e a aprendizagem será mais receptível”. As outras duas professoras disseram que não, totalizando 40% (gráfico 7), e, como argumento, uma delas asseverou que “faz parte da história dos alunos”, ou seja, não é responsabilidade da escola estes acontecimentos.

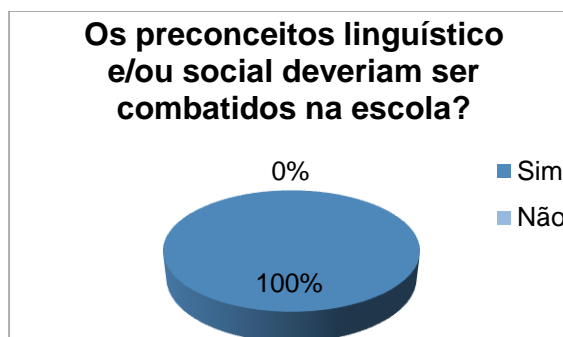
Por outro lado, os professores da Escola Nossa Senhora da Glória afirmaram, categoricamente, com um total de 100% (gráfico 8), que o preconceito linguístico deve ser eliminado do meio escolar, como justificativas apresentaram que “isso pode gerar conflito”; “regionalismo não é erro, é diferente”; e “deve ser combatido, porém avalio que aqui em nossa escola não temos grandes problemas neste sentido”. Percebe-se,



desse modo, que, em especial, as professoras de Língua Portuguesa desta escola possuem conhecimentos da área da Sociolinguística, tanto que em suas respostas apresentam algumas palavras entre aspas e também porque buscam mostrar aos alunos que as variedades utilizadas por eles não são “erradas”. Noções estas que apresentam conformidade às preconizadas por Bortoni-Ricardo (2014, p. 8), quando diz que “a noção de “erro” nada tem de linguística – é um (pseudo)conceito estritamente *sociocultural*, decorrente dos critérios de avaliação (isto é, dos preconceitos) que os cidadãos pertencentes à minoria privilegiada lançam sobre todas as outras classes sociais”.



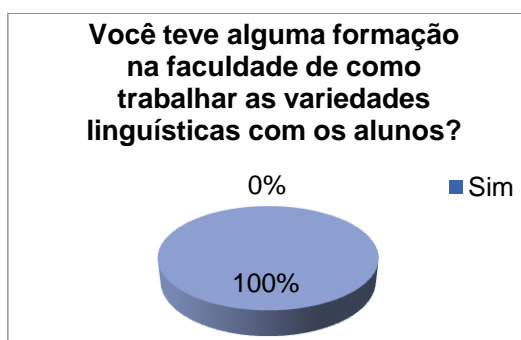
(Gráfico 7: Escola Jardim Paraíso).



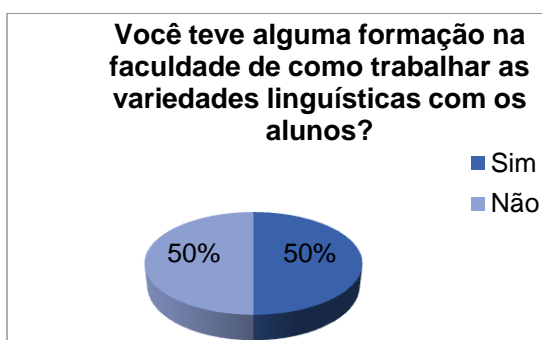
(Gráfico 8: Escola Nossa Senhora da Glória).

Por sua vez, as 2 (duas) professoras de Língua Portuguesa da Escola Jardim Paraíso confirmaram que não receberam formação na faculdade para trabalharem com as variedades linguísticas, totalizando 100% (gráfico 9), e, por essa razão, não praticavam estes conhecimentos em sala de aula, pois não conheciam estas noções. Já uma das professoras de Língua Portuguesa da Escola Nossa Senhora da Glória disse que recebeu no curso de Letras alguns conhecimentos para trabalhar com as variedades, sendo um total de 50% (gráfico 10), e expôs, como argumento, que se deve “mostrar que o falar pode ser diferente, porém a escrita é a mesma para todos”. Esta professora exhibe, contudo, nesta justificativa, um distanciamento dos pressupostos sociolinguísticos, pois não há apenas variação na fala, mas também na escrita. Conforme Bagno (2014, p. 76), é um “mito de que a língua escrita é homogênea, não apresenta variação e, pior, de que a língua falada é o lugar do “erro”, enquanto a escrita é sempre “correta” [...]”.

A outra professora de Língua Portuguesa desta escola afirmou que pouca coisa foi vista em seu ensino superior: “o que vi na faculdade não tinha relação com a sala de aula, mas sim na sociedade no geral”. Mas, ambas responderam que procuravam praticar a formação recebida em sala de aula, acrescentando que é “um absurdo pensar que todos devam falar igual, pois a diferença é que mostra a beleza da nossa língua”, e “porque avalio que é necessário e devemos também respeitar principalmente as variações regionais”.



(Gráfico 9: Escola Jardim Paraíso).



(Gráfico 10: Escola Nossa Senhora da Glória).

Pode-se concluir, assim, que na formação superior de um indivíduo há a necessidade do “domínio dos postulados sociolinguísticos básicos (e seus desdobramentos e implicações), que é o mínimo que se espera do professor de Língua Portuguesa nos dias atuais. O nível conceitual, de caráter amplo, naturalmente se aplica a todas as línguas naturais” (COELHO, 2015, p. 153). Cabe acrescentar, ainda, que o ensino na contemporaneidade carece de uma nova postura dos professores diante das diferenças dialetais, como novos conteúdos e uma nova metodologia para a disciplina Português. Tem sido por forças dos estudos de Sociolinguística que se vem criando essa nova postura e se definindo esses novos conteúdos e nova metodologia (SOARES, 2002).

[...] o aluno precisa conhecer minimamente o quadro de variação linguística existente em nosso país e, partir de reflexões sobre as regras variáveis da língua e os valores sociais atribuídos a diferentes variantes, observar os aspectos que diferenciam as variedades e os efeitos sociais que redundam em atitudes de exclusão com base na variedade linguística que se fala (COELHO, 2015, p. 138).

## Considerações finais

Mediante ao estudo realizado, pudemos verificar que os professores das duas escolas costumam corrigir as variedades utilizadas pelos alunos, com o propósito de possibilitar ao aluno o contato com a norma de prestígio, permitindo, como já dito, que os alunos destas instituições possam ‘lutar com as mesmas armas’ que possuem os alunos de classes socioeconômicas mais elevadas, e terem, assim, os mesmos artefatos linguísticos igualitários para concorrerem a uma vaga em uma universidade e/ou um emprego.

Ressaltamos, ainda, que os professores de Língua Portuguesa da escola mais afastada do centro da cidade são os que mais apresentam conhecimentos da área da Sociolinguística, e são, também, os que se formaram há menos tempo. Já os professores da escola central deixaram a desejar neste quesito, contudo, cabe acentuar que a sua formação acadêmica ocorreu há mais de 20 (vinte) anos. Entretanto, não se pode desconsiderar que, se os educadores participassem de estudos continuados ou fossem professores pesquisadores, provavelmente, essas lacunas seriam supridas.

Sendo assim, os professores devem ser investigadores, devem buscar conhecer as variedades que os alunos trazem do meio social em que vivem, pois há “uma multiplicidade tamanha de fatos linguísticos “curiosos” à espera de investigação que chega a ser insensato ignorá-los no exercício da reflexão e da ação pedagógica” (POSSENTI; ILARI, 1992, p. 15). Dessa forma, “reorientar a curiosidade para esses dados é o primeiro passo para uma cada vez mais urgente modificação da imagem que a sociedade e o professor fazem do ensino da língua materna, e de ser competente” (Idem), bem como, principiar o ensino com falas reais, ou seja, utilizadas pelos alunos, com o propósito de valorizar, também, as variedades em uso nas suas comunidades linguísticas.

## Referências

ALKMIM, Tânia Maria. Sociolinguística. Parte I. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Cristina. *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. v.1, 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 21-47.

BAGNO, Marcos. *A Língua de Eulália*. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

\_\_\_\_\_. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

BECHARA, Evanildo. *Ensino da gramática. Opressão? Liberdade?* 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 1998.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em Língua Materna: a sociolinguística na sala de aula*. 7ª reimpressão. São Paulo: Parábola Editorial, 2014 (Linguagem 4).

CAMACHO, Roberto G. Sociolinguística. Parte II. In. MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Cristina. *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. v. 1, 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004. p. 47-75.

COELHO, Izete Lehmkuhl; GÖRSKI, Edair Maria; SOUZA, Christiane Maria N.; MAY, Guilherme Henrique. *Para conhecer Sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2015.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa*. 4.ª ed. Curitiba: Positivo, 2009.

GNERRE, Maurízzio. *Linguagem, escrita e poder*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

LEITE, Marli Quadros. *Preconceito e intolerância na linguagem*. São Paulo: Contexto, 2008.

MATTOS E SILVA, Rosa Virginia. *Contradições no ensino de português*. São Paulo: Contexto, 1997.

MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (Orgs.). *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003.

PERINI, Mário. *Sofrendo a gramática*. São Paulo: Ática, 2005.

PIETROFORTE, Antonio V. A língua como objeto da linguística. In: FIORIN, José L. (Org.). *Introdução à linguística: I. Objetos teóricos*. São Paulo: contexto, 2003. p. 75-93.

POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

POSSENTI, Sírio; ILARI, Rodolfo. Ensino de Língua e Gramática: alterar conteúdos ou alterar a imagem do professor? In: CLEMENTE, Elvo; BARÃO, Marta H. (Orgs.). *Linguística Aplicada ao ensino de português*. 2. ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1992. p. 07-15.

SOARES, Magda. Português na escola: História de uma disciplina curricular. In. BAGNO, Marcos. *Linguística da Norma*. Edições Loyola, São Paulo, 2002. p. 155-177.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. 3. ed. São Paulo, Cultrix, 1981.

**THE LINGUISTIC PREJUDICE IN THE SCHOOL ENVIRONMENT: THE POSITION OF THE TEACHER FRONT OF SITUATIONS PREJUDICED IN TWO DIFFERENT SCHOOLS IN THE CITY OF SINOP / MT / BRAZIL**

**ABSTRACT**

The nature of this research is bibliographical and a comparative study. This study aims to analyze the linguistic discrimination in two schools in the city of Sinop, one is located in the central region and the other one is closest to the countryside. The data were collected through semi-structured interviews, questionnaires and observations. The research aims to present concepts and suggestions for the demystification of linguistic prejudice, to analyze questions concerning to the position of teachers in schools, face of prejudiced linguistic actions. As theoretical construct for this research we make use of Sociolinguistics Variationist or Theory of Variation. We concluded that Portuguese-speaking teachers from Jardim Paraíso School, who are acting for over ten years in the classroom, have not received university training to work with this theme, in spite of teachers from Nossa Senhora da Glória School, who are working less than ten years in the classroom, have this knowledge. In addition, it was noted that teachers tend to correct the "wrong" varieties that students use.

**Keywords:** Variationist Sociolinguistics, linguistic prejudice, Portuguese Language teachers, Jardim Paraíso School, Nossa Senhora da Glória School.

Recebido em 07/07/2016.

Aprovado em 02/09/2016.